

Políticas Culturais e Turismo: desafios do desenvolvimento local a partir dos Planos Municipais de Cultura na microrregião de Itajubá (Brasil) e no distrito de Braga (Portugal)¹

Carlos Alberto Máximo Pimenta (UNIFEI/UMINHO)

Introdução

Propusemos uma relação sobre as ênfases do desenvolvimento com o turismo presentes nas realidades da microrregião de Itajubá, sul de Minas Gerais, e do distrito de Braga, noroeste português, fomentadas pelas políticas culturais e mediadas pelos processos de implementação dos Planos Municipais de Cultura (PMC's - Brasil) e Planos Estratégicos Municipais de Cultura (PEMC's - Portugal).

Nas estratégias de desenvolvimento se revelam dimensões do econômico, do social e do sustentável nos traçados das atividades do turismo, as quais ganham em relevância aos municípios de pequeno porte, comunidades rurais e tradicionais, territórios de nossos estudos.

Utilizamos uma definição de território que sobrepõe a ideia de espaço funcional, tendo em vista que consideramos as dinâmicas da cultura a partir de um conjunto de elementos políticos (SANTOS, 1994), identitários, saberes, fazeres, afinidades, tradições, memórias, modos de organização, de vida e de poder para além de uma concepção de unidade político-administrativa instituída. Desse lugar, políticas culturais e turismo são pensadas como fomento à economia da cultura, vezes traduzidas em contraposição da economia e do turismo, convencionais, vezes em contextos normativos estabelecidos.

Objetivamos identificar pontos de convergências entre a microrregião de Itajubá e o distrito de Braga na busca de elementos culturais que possam fundamentar (e suporte) outras plataformas de desenvolvimento pautadas no local.

A pesquisa foi realizada na microrregião de Itajubá e no distrito de Braga². No Brasil entrevistamos, de forma dialogal, com anotações de caderno de campo, os gestores públicos

¹ 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT07 - Ciências Sociais, turismo e territórios: desafios, limites e possibilidades.

² O distrito de Braga é composto por 14 municípios (Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela, sendo o município de Braga a sede de distrito), sendo o município de Braga a sua sede administrativa. A microrregião de Itajubá, formada por 13 municípios (Brazópolis, Consolação, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis, Piranguinho, Piranguçu, Virgínia e Wenceslau Brás) e tem como sede o município de Itajubá. Nesses territórios a religião católica exerce influência cultural significativa, visualizada nos monumentos coloniais, igrejas e festas devocionais.

dos municípios que compõem a microrregião, circunscritos aos parâmetros do Plano Nacional de Cultura (PNC) nas suas ênfases com os processos de geração de renda. Em Portugal, participamos do levantamento de dados para subsidiar as elaborações dos PEMC's da região norte de Portugal, privilegiando as concepções dos gestores em referência as orientações do documento "Cultura 21: Ações" (CGLU, 2015), limitando-nos aos municípios do distrito de Braga.

Nas observações de campo, visitamos *ateliers*, feiras artesanais, festas populares e artesãos para obter informações sobre demandas de geração de renda, suas correlações sobre desenvolvimento local, a partir dos projetos CREATOUR- Desenvolver Destinos de Turismo Criativo em Cidades de Pequena Dimensão e Áreas Rurais (FCT- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Portugal), Cultura no pós-Norte 2020 (CECS- Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, ICS- Instituto de Ciências Sociais, da UMinho- Universidade do Minho) e Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas (FAPEMIG- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, Brasil), efetivados entre os períodos de 2016 a 2020.

Do ponto de vista do material empírico levantado e das observações de campo, utilizamos fragmentos de entrevistas e registros fotográficos. Com estes, tivemos a finalidade de demonstrar a riqueza dos recursos culturais existentes nos municípios e, nos relatos, selecionamos 3 participantes de cada país (num total de 6), escolhidos por tratarem das intencionalidades das políticas culturais e revelarem as correlações das atividades do turismo com as diretrizes normativas dos Planos ou Estratégias municipais, nas interfaces entre desenvolvimento, economia, cultura e turismo.

Os entrevistados na microrregião de Itajubá assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. No caso do distrito de Braga, as informações resultam de formulário de inquérito aplicados às Câmaras Municipais que responderam e devolveram eletronicamente, no âmbito dos projetos CREATOUR e Cultura no pós-Norte 2020. E, para preservar a identidade dos participantes, escolhemos as iniciais MI1, MI2, MI3, quando referirem-se aos entrevistados da Microrregião de Itajubá e DB1, DB2, DB3, quando forem os entrevistados do Distrito de Braga.

Ressaltamos que as aproximações entre esses territórios exprimem um eixo comum: as perspectivas de institucionalização de políticas culturais e as ênfases atribuídas às atividades do turismo partindo da valorização do local, o qual firma na perspectiva dos PMC's e dos PEMC's os valores subjacentes consignados nas diretrizes das políticas culturais da ONU/UNESCO, assentados na diversidade, segurança alimentar, cidadania, participação, solidariedade.

Esse eixo comum promove a cultura à condição de recurso (YÚDICE, 2004) e, enquanto recurso, tem potencial para distanciamentos das exigências do crescimento econômico, uma vez que na sua formação ordinária (WILLIAMS, 1992) permite à atividade do turismo no local (DOWBOR, 2001) e sustentado (SACHS, 2004). O turismo, no interior do campo de disputa pela economia da cultura, se predispõe a incorporar as interfaces política, economia e social circunscrita em um conjunto de sentidos, significados e significações que conferem à cultura um enunciado de transformações simbólicas, emancipatórias, solidárias, coletivas e trocas, na perspectiva do “imaginário” proposta por Godelier (2001).

Na discussão, trazemos o contexto dos territórios com ênfase aos aspectos normativos e aos processos de institucionalização das políticas culturais. Na sequência, apontamos um campo de disputa pela economia da cultura e interfaces entre o normativo e o praticado. Por fim, apresentamos elementos da cultura que podem dinamizar outras plataformas de desenvolvimento, local, cooperativo, solidário e coletivo.

Políticas culturais: da normatização à institucionalização

No Brasil, as políticas culturais estão amparadas no artigo 215 da Constituição (Brasil, 1988), a qual regulamenta o “[...] pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Esse apontamento se reforça pela Emenda Constitucional nº 48 (2005) que estabelece a garantia de direitos e diversidades culturais a todos os povos, ratificado em face ao SNC e no PNC (Lei nº 12.343).

Em debate, os portugueses não institucionalizaram um sistema ou plano nacional de cultura, mas estão elaborando seus PEMC’s, cuja referência pauta-se nos itens “3” e “alinea b” dos artigos 73º e 78º da Constituição, com ênfase no artigo 90º da revisão constitucional de 2005, que traz a ideia de fruição e criação cultural:

Os planos de desenvolvimento económico e social têm por objetivo promover o crescimento económico, o desenvolvimento harmonioso e integrado de sectores e regiões, a justa repartição individual e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com as políticas social, educativa e cultural, a defesa do mundo rural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português.

Nas duas realidades, embora apontem para dimensões do simbólico, da cidadania, do sustentável, das tradições observamos que há uma preocupação posicionada nas perspectivas do desenvolvimento e do crescimento, econômicos. Por outro lado, em disputa, a cultura se

estabelece como um campo de relações de poder e força que congrega políticas sociais compensatórias, reparatórias, discrepâncias e diferenças.

Este movimento é político, de organização coletiva, associativa e solidária e, na relação cultura e desenvolvimento, fortalece os entrecruzamentos da economia com o turismo, a criatividade e o local. Atividades que traz em seus enunciados a valorização das memórias, identidades, saberes, fazeres, histórias dos territórios e favorecem os sentidos e os significados à vida, viver e natureza.

Desafio que se inscreve nos traçacos dos planos e estratégias municipais da cultura propõe emergir as riquezas culturais existentes no Distrito de Braga (PT) e na microrregião de Itajubá (BR), como potencial para gerar recursos econômicos ao local, por meio de atividades do turismo e de criatividade, tendo as comunidades o protagonismo desse processo.

As riquezas culturais, as impressões de entrada nos territórios, trouxeram elementos geográficos, culturais e religiosos em semelhanças entre o sul de Minas Gerais e o noroeste de Portugal, provavelmente identificados pelas influências da colonização (cultura), relevo e contornos montanhosos (geografia) ou pela força da tradição católica que os envolvem (religião e religiosidade), fragmentos que se interrelacionam entre o Minho e a Serra da Mantiqueira. As fotos 1, 2, 3, 4, 5 e 6 ilustram aspectos da cultura dos lugares:

Foto 1: Castanha na Brasa / Feira - Barcelos - (PT)



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Foto 2: Pé de moleque de Piranguinho (MG)



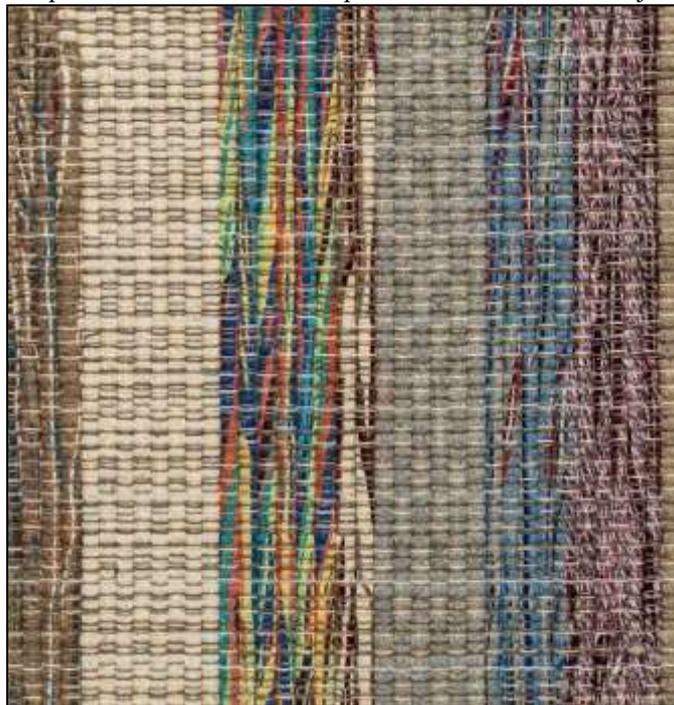
Fonte: Arquivo Pessoal, 2019.

Foto 3: Tear artesanal de 4 gerações, Esposende (PT)



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Foto 4: Tapete feito em tear artesanal pela "Artes da Terra" de Itajubá (MG)



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Foto 5: Escadaria em mosaico, Brazópolis (MG)



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Foto 6: Galo de Barcelos / Feira - Barcelos - (PT)



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Os PMC's (BR) e os PEMC's (PT), guardadas as especificidades e autonomia de cada composição cultural, partem do mesmo referencial promovidos pelas agencias internacionais (ONU, UNESCO). Citamos como um exemplo a agenda "Cultura 21: Ações", parâmetro e instrumento prático de orientação na elaboração de políticas culturais e trazem, em escala global, os compromissos e princípios na defesa de todas as formas de viver e de vida que estejam na centralidade dessa prospecção.

As políticas culturais fomentem o turismo, além das diretrizes do turismo convencional, propondo a preservação do patrimônio, dos saberes, dos fazeres, das tradições e das identidades e identificações locais, ao passo em que promove tecnologias geradoras de postos de trabalho, direitos, cidadania, renda.

Na leitura dos planos e estratégias municipais sobre políticas culturais vislumbramos a necessidade de vigilância epistemológica constante, diante da sedução e padronização da cultura global sobre o local. Essa força cêntrica em espelho pode efetivar um "desmanche da cultura" (FEATHERSTONE, 1995), implicados com um sistema de produção material e simbólico que forja estilos, modos, gostos, estéticas, performances, códigos e formas voltados ao consumo, marca e mercado.

Na contramão, o local pode ser uma evidência para alavancar outras formas de organização social, pelo menos essa proposição se encontra subjacente nos valores que compõem os traçados normativos das políticas culturais em construção no Brasil e Portugal,

desde que pautado em princípios de coletividade, sustentabilidade, solidariedade, cooperação, confiança, segurança, troca, bem viver, tradição, pertencimento.

Enquanto campo em disputa, a cultura tem condições materiais, imateriais, simbólicas, criativas e imaginárias para transcender a lógica dicotômica direita-esquerda e dos princípios formativos estabelecidos pela gestão do mercado, no sentido de permitir o aflorar das diferenças, (bio)diversidades e generosidades coletivas. No entanto, as expectativas postas numa mera estruturação funcional de ideias traduzidas em políticas culturais, ainda que materializadas em um documento bem elaborado, não é suficiente para a promoção efetiva do Desenvolvimento local, nos termos enunciados.

As informações sobre a microrregião de Itajubá e o distrito de Braga, mesmo partindo de contextos diferentes e distintos, podem articular o desenvolvimento local por intermédio de atividades de turismo aos municípios de pequeno porte, espaços rurais e comunidades.

Economia da cultura, turismo e local: o instituído e o praticado

A cultura ao se constituir em um campo de disputas econômicas, sociais, políticas, subjetivas, simbólicas e morais avança determinados modelos de desenvolvimento, atrelados às demandas de crescimento econômico e de progresso, não sem tensão, contradições e contraposições. Nesse campo, o turismo passa a ser pensado como um elemento de partida para o planejamento institucional das políticas culturais e da economia da cultura³.

Não se trata de aprisionar a economia da cultura e o turismo às orientações normativas, visto que as práticas organizativas das atividades de turismo nos municípios estudados não parecem propor alternativas ao modo de produção hegemônica quando apresentadas na mesma frente as palavras *criativa*, *solidária* e *social*, mesmo que traga pontos de inovadores ao conceito de desenvolvimento e novos arranjos socioprodutivos na lógica da relação capital *versus* trabalho.

No conjunto, os relatos dos gestores tendenciaram a determinar que a cultura, do ponto de vista do potencial econômico do turismo, como sendo um fenômeno associado a eventos

³ A definição de economia da cultura, tanto no contexto normativo quanto nos trabalhos mencionados, não se afasta da economia capitalista, visto que aparece no mesmo patamar de posições econômicas que são, na sua origem, distintas: economia criativa, economia solidária e economia social. Nos moldes das diretrizes do PNC, este argumento merece aprofundamentos em outra sede de discussão, mas anunciamos que a economia da cultura não se apresenta como um fenômeno no intervalo entre o Estado e o mercado, ênfase presente na economia social (CAEIRO, 2008) ou no uso da criatividade por indústria que movimenta mercados em potencial, denominado de economia criativa (ALFA DJAU *et al.*, 2012; Lima, 2011). Embora mais próxima da economia solidária (SINGER, 2002), a economia da cultura não é resultado do desequilíbrio nas disputas travadas por modelos estatais e liberais de desenvolvimento. Ela resulta na possibilidade de encetar caminhos distintos ao desenvolvimento.

(festas, espetáculos, feiras literárias e datas comemorativas), pois são atividades que atraem o turista (geradores de retornos econômicos para o município). Para MI3:

[...] principalmente, pelos eventos culturais, o retorno tem sido muito grande. [...] um evento [...] de cinco dias beneficia não só o município como os municípios vizinhos [...] então você pega um evento onde quinze mil pessoas passam por um município que tem dez mil habitantes, então você vê o impacto que causa, no comércio, em todo trecho turístico: restaurantes, mercados, farmácias, hospedarias.

As imagens abaixo (fotos 7 e 8) mostram alguns pontos de cultura que podem ser potencializados no contexto do desenvolvimento local.

Foto 7: Palco de apresentação do Festival Café com Música, Cristina (MG)



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Foto 8: XXXVIII Encontro de Grupos de Reis – Braga (PT)



Fonte: Arquivo pessoal, 2020.

Na avaliação de DB1, ao indicar os benefícios do turismo criativo, evidencia as questões do local como central nessa modalidade de captação econômica ao município, pois

a valorização da identidade local, pela manifestação partilhada e revitalização dos seus costumes, será um dos maiores benefícios deste projeto. Para além destes, os benefícios económicos diretos associados a cada atividade permitem trazer complemento monetários não sazonais que destas atividades para a comunidade local, e dinamizar indiretamente todo o tecido turístico da área circundante, que será também influenciada por esta dinâmica.

Na economia da cultura vemos a criatividade, a solidariedade, a justiça social, o coletivo, o associativismo como habilitações para a elaboração de nova plataforma à economia e ao desenvolvimento, em movimentos do local e de baixo para cima. Portanto, os caminhos alternativos serão constituídos no campo das disputas da cultura pelas forças em ação (PIMENTA et al, 2013).

O turismo pensado dentro da estética do local, com criatividade, tradição, preservação, se contrapõe a economia competitiva (concorrencial) e, comprometida com esses valores subjacentes, potencializa a alteridade, a diferença e a diversidade. Desse contexto, propõe outras elaborações das coisas comuns da vida (WILLIAMS, 1992) e dos recursos da produção de UM bem cultural (YÚDICE, 2004), bem como se associa às solicitações do desenvolvimento local, social, sustentabilidade, bem viver e natureza.

Nas interfaces entre desenvolvimento, cultura, economia, turismo e local vislumbramos as possibilidades alternativas à lógica do crescimento económico, em que se valoriza a tranquilidade da vida, os atrativos culturais, materiais e imateriais, e o potencial de protagonismo e participação da comunidade nos destinos dos territórios.

Esse movimento não é tranquilo e nem ingênuo, posto que traz a tensão entre as concepções de tradição (atraso) e de moderno (progresso) materializadas no imaginário social organizativo dos municípios. Nessa leitura, DB1 enfatiza a experiência criativa associada à relação entre turista, turismo e comunidade como motor de desenvolvimento local:

O partilhar com quem nos visita da nossa identidade poderá contribuir para criar novas sinergias localmente e servir como um projeto-piloto na área do turismo criativo, com possibilidade de ser replicado noutros territórios [...]. A promoção e divulgação do projeto, nomeadamente a nível internacional, será uma alavanca para todo o projeto, não só pela visibilidade que poderemos atingir, mas também pela atração do público para estas atividades.

As atividades do turismo propiciam conexões com o social, a sustentabilidade e o sustentado (SACHS, 2004) e incluem o local (DOWBOR, 2001) como essencial à diminuição das desigualdades. O local (DOWBOR, 2001) e o sustentado (SACHS, 2004) possuem ferramentas de garantia de vida decente aos munícipes dos territórios. No local encontram-se

recursos suficientes para o desenvolvimento (identidade, identificações, gostos, comidas, bebidas, estilos de vida, modos de ser, recursos naturais, história, topografia) e bem viver. Ferramentas que fortalecem laços de solidariedade, cooperação, trocas e confiança, mas não fica imune às contradições, tensões, conflitos, estranhamentos e enfrentamentos.

As atividades de turismo, oposição às do turismo de massa ou turismo cultural de massa, podem propiciar diferentes papéis aos municípios de pequeno porte, rurais e comunidades em processos de geração de renda, sustentáveis, criativos e, conseqüentemente, deslocar-se das concepções de desenvolvimento (e crescimento) econômico, enquanto perspectiva de manifestação holística, democrática, participativa e de troca de saberes.

No plano prático, por essas veredas, o turismo pode promover transformações na (da e pela) comunidade, dinamizando o desenvolvimento social, sustentável, sustentado, inclusivo e distributivo, desde que advenha da vontade das pessoas do local e incorporam, em suas definições, as noções de protagonismo, rural, lugar, tradições, culinária, estilo e modo de vida, deslocados do conceito de produto, mercadoria e consumo. Tudo para que se veja fortalecido a preservação, manutenção, história, memória, saberes, fazeres, identidades, identificações e património, material e imaterial, local, nas dimensões ambiental, social e econômica.

Ao aproximarmos da noção de campo proposta por Bourdieu (1983; 1998), indicamos que as relações de poder e de força que estão alocadas em torno da economia da cultura, no sentido de política cultura atrelada ao desenvolvimento, e impulsiona o turismo para respeitar (e dinamizar) processos de valorização (a) da cultura local, recursos naturais e humanos, memória e tradições, (b) do florescimento de outros fatores inscritos fora do universo econômico (capitais humano, social, natural, simbólico) e (c) de governanças que priorizem a diferença, diversidade, solidariedade, cooperação e autoestima do lugar.

Elementos da cultura: desenvolvimento, economia e turismo

Os territórios estudados apresentam recursos culturais atrativos (patrimônios materiais e imateriais, montanhas, picos, rios, cachoeiras, praias, comidas e bebidas típicas, estilos e modos de vida, festas, tradições, entre outros) que ressaltam as características de cada lugar e demonstram seus potenciais para o desenvolvimento de atividades de turismo, tendo a comunidade (e o local) como protagonista (e mediador) dos processos de desenvolvimento, sustentabilidade, economia, turismo. No contexto do PMC, MI2 destaca:

A cultura tradicional [...] está concentrada nas comunidades e associações de bairros onde se encontram as folias de reis, a dança da catira, a capoeira, o maracatu, a viola caipira, as congadas, as comidas típicas, artes visuais, dentre outras. Essas artes e

culturas merecem um estudo mais aprofundado de documentação e registro permanente do patrimônio imaterial.

As fotos (9 e 10) demonstram parte da história dos processos de bebidas típicas de Minas Gerais (cachaça) e do Minho (vinho verde).

Foto 9: Artefato de fabrico artesanal da Cachaça Sassafaz – Piranguçu (MG)



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Foto 10: Ponte Romana sobre o Rio Lima – Ponte de Lima (PT) – Rota do Vinho Verde



Fonte: Arquivo Pessoal, 2020.

O PMC reconhece os elementos da cultura local como potencial de geração de renda. Inclusive, favorece oportunidades e normativas para o desenvolvimento local, com a necessidade de garantir a preservação dos equipamentos públicos, recursos naturais, patrimônio histórico, manifestações culturais e tradições.

A cultura tem elementos de prospecção que perpassam as noções de desenvolvimento econômico (hegemônico e capitalcêntrico⁴) para inserir no campo de disputa da economia da cultura a criatividade, a valorização das tradições, o desenvolvimento de base comunitária, o estado de vida local em perspectivas que envolvam formas de organizações socioculturais associativas, cooperativas, solidárias e de trocas. O paradoxo é o de que dentro do normatizado o instituído, em larga escala, não se descola das perspectivas da busca pelo crescimento econômico.

Na predisposição teórica de Godelier (2001), podemos imaginar outras plataformas de relações pautadas no Dom, visto que, este, não ficou retido nas sociedades chamadas de pré-modernas e “[...] está presente em todos os campos da vida social nos quais as relações pessoais continuam a desempenhar um papel dominante” (GODELIER, 2001, p. 25). Dentro da ordem política, econômica e social que privilegiamos ficou estabelecido racionalidades que visam a igualdade e justiça social.

No entanto, a cultura moderna ocidental trouxe consigo um panorama de exclusão, de apagamentos e de imposição de saberes-fazer para introduzir um sistema de explorações. O paradoxo dessa lógica se apresenta nos processos competitivos, concorrenciais e narcísicos que a concepção estabelece, repercutindo em fonte “[...] de exclusão dos indivíduos [que] não os exclui apenas da economia. Ela os exclui ou os ameaça a longo prazo de exclusão da sociedade” (GODELIER, 2001, p. 08).

Nesses territórios, a cultura tem elementos que podem fomentar respostas às urgências e premências de toda gente e de todo ecossistema, tendo em vista permitir práticas que possibilitam emergir o dom, as trocas, a solidariedade, o coletivo, a sobrevivência, a segurança alimentar e a comunidade e os laços para se evitar, enquanto princípio e fundamento, a luta de todos contra todos, porque quanto mais a vida, a natureza, se circunscreve em mercadoria, na dimensão posta por Godelier (2001), mais se promove a separação dela.

Abre-se (a cultura) às emergências de novos códigos, cogitos, linguagens, símbolos, signos, ainda não capturados no imaginário (da posição apresentada por Godelier [2001], de que é possível imaginar outros mundos), no sentido da predominância do imaginário sobre o simbólico. O segredo está no ato de imaginarmos outras relações pautadas no dom caritativo – dar, receber e restituir – enfatizando a solidariedade e o efetivo exercício do direito, sem restrições pelo mercado, condição presente em municípios de pequeno porte, zonas rurais e comunidades. Creditamos na consciência (ou indignação consciente da humanidade) como uma

⁴ Termo firmado a partir do texto de ESCOBAR (2005), extraído das reflexões das geógrafas Julie Graham e Catherine Gibson para argumentação sobre os efeitos da globalização e das teorias pós-desenvolvimento.

aposta de transformação do *Eu* para que se respeite o *Outro* na integralidade e se fortaleça o *Nós* (ou *Nosotros*, em espanhol).

Na sobreposição entre as orientações normativas e as intencionalidades, não vemos avanço em ações no macro de transposição das crenças no crescimento econômico. As concepções, justificativas e fundamentações implícitas, subentendidas, determinam a centralidade nos processos de desenvolvimento local, ainda, presos a lógica capitalcêntrica e balisam o planejamento político do desenvolvimento. Noutros termos, a dinâmica das relações de força circunscrita no campo político estabelece o *quanto* e de *que tipo* de social, sustentável e participativo se compõem às articulações e acordos firmados em torno do desenvolvimento, economia e turismo.

Essas relações, no campo da disputa pela cultura (economia, turismo, local, tradições, estilo de vida etc.) formatam os traçados do mercado (imposição de técnicas de convencimento verticalizado: empreendedorismo e meritocracia, de caráter privado e empresarial) e permanece impressa no imaginário do gestor público. Para MI2 o turismo dentro da economia da cultura traz, em todas as possibilidades, “[...] sentidos que a acepção do termo oportuniza, como o fomento, preservação, criação, produção, formação, fruição, difusão, além da economia da cultura, que constitui o direito fundamental do ser humano”.

A configuração normativa do município representa um avanço face às políticas culturais da microrregião, mas, em disputa, limitada-se às dinâmicas do desenvolvimento implicado com o crescimento econômico.

Além disto, o setor deve ser entendido, enquanto agente produtivo e atuante, como um vetor de desenvolvimento econômico e um dos elementos propiciadores de inclusão social [...]. É um fator de importância histórica e econômica que gera vínculos, inclusão social e riquezas.

No esforço de explicitação dos contrastes entre o normativo e o instituído, apontamos o reconhecimento da necessidade de resgatar, registrar, mapear e preservar os bens culturais para inúmeros fins. Contudo, não é o bastante para afetar, envolver, beneficiar e transformar a comunidade local.

No contexto dos PMC (BR) e PEMC (PT), a participação da comunidade é um requisito chave para o *sucesso* (adjetivo utilizados por todos os entrevistados dos municípios do distrito de Braga e da microrregião de Itajubá) aos processo de desenvolvimento local, pela via da economia da cultura ou turismo (criativo, no caso de Portugal).

Nas proposições de elaboração dos PEMC's do distrito de Braga há o reconhecimento das comunidades e associações como protagonistas ao desenvolvimento, o que não implica em resultar em aderência. Para DB1 essa aderência se dará por meio da formação de

[...] associações recreativas para a dinamização das atividades, a promoção de pequenas redes de comércio local, revitalização de práticas tradicionais [...] todas as propostas pressupõem a ligação com a comunidade local, aos mais diferentes níveis. [...] acreditamos ser possível contribuir para a revitalização de artes e ofícios e, ao mesmo tempo, tal ser um motor de desenvolvimento.

As comunidades são indispensáveis às atividades de turismo de base local, uma vez que guardam, no sentido do enigma do dom apresentado por Godelier (2001), os saberes (conhecimentos), os fazeres (técnicas), a memória (domínio da história) e identidades (experiências concretas que formatam as tradições), as quais devem dar, receber, retribuir, partilhar determinados conhecimentos (ou guardar em segredo, quando for o caso).

Considerações Finais

As diferenças apontadas nos territórios não permitiram investigação comparada, razão da abordagem assumir caráter inicial e panorâmico. Na abordagem indicamos distanciamentos entre o instituído e o praticado que merecem aprofundamentos futuros para identificá-los, a partir da comunidade, seus motivos.

Nos argumentos dos entrevistados, a comunidade tem um papel preponderante e promissor para o protagonismo político na frente desses processos. Do universo teórico-epistemológico privilegiado, acreditamos que os entreves entre o normativo e o praticado pode ser ultrapassado (minimizado) desde que ocorra a superação: da baixa participação da comunidade; da ideologia do empreendedorismo individualizante; dos formatos empresariais das associações e cooperativas; da figura do gestor de projetos em configurações comunitárias; das receitas de sucesso como possibilidade única; da verticalização das iniciativas de desenvolvimento; do menor interesse do poder público no suporte à organização dos movimentos sociais de geração de renda, emprego e autoemprego; das vulnerabilidades sociais várias.

A sobreposição entre desenvolvimento, economia e turismo preconiza empregabilidade e geração de renda. Assume um conjunto de princípios pautados pela autonomia do processo de trabalho, atividades coletivas e solidárias (associações, cooperativas e movimentos populares), acesso universal a direitos e garantias, participação, elegibilidade e representação, transparência, mediadas pelas elaborações de base comunitária.

Nestes termos, o turismo é requisitado dentre de perspectivas mais arrojadas de desenvolvimento, as quais exercem contraposições ao crescimento econômico e se predisõem na mitigação das desigualdades sociais utilizando-se de trajetos conceituais *indisciplinados* ou *desobedientes*, do ponto de vista da luta de todos contra todos e da vitória do mais forte sobre os mais fracos.

Os gestores públicos e agentes do desenvolvimento entendem o potencial promissor do turismo ao local (sustentável, social, econômico, simbólico), mas apontamos que a cultura é um campo em disputa que enfatiza os conflitos, confrontos, controversas e paradoxos, os quais emergem nos acordos, formas de organização, pressões, normativas, interpretações, crenças e escolhas.

Os municípios da microrregião de Itajubá e do distrito de Braga terão dificuldades em efetivar um turismo que: (a) ultrapasse os interesses partidários ou ideológicos das governanças sazonais e alternadas; (b) suplante experiências fora da lógica do crescimento econômico, empreendedor-empresarial, as quais tendem a “minar” plataformas alternativas na relação cultura e desenvolvimento dentro do recorte da economia da cultura e intencionalidades das políticas culturais.

No esforço de síntese, ressaltamos que a dinâmica do campo em disputa explicita a emergência dos saberes, fazeres, tradições e criatividade ligados à valorização das dimensões do local como potencial de desenvolvimento, não reflexo da totalidade universal de progresso e pujança industrial-tecnológica (modelo, no sentido capitalcêntrico).

Essencialmente, a emergência caracteriza-se pelas particularidades da cultura inscritas nos territórios, o que os unifica e distingue uns de outros pelas semelhanças identitárias, trocas, valores, padrões culturais e relações interpessoais. Eis os espaços de atuação das comunidades, associações e redes de conexões de geração de emprego (públicos e privados), dentro do conjunto normativo das políticas culturais aplicáveis nas interfaces desenvolvimento local, cultura, economia e turismo.

Referências bibliográficas

- ALFA DJAU, M.; ROLDAN, V. P. S.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M.; PESSOA, M. N. M.; MELO, V. S.; MELO, S. R. S. (2012). Artesanato de Renda de Bilro e Desenvolvimento Local: uma análise do Processo de institucionalização da atividade no Município de Aquiraz, Ceará, Brasil. *DELOS – Revista Desarrollo Local Sostenible*, 5(15): 1-22.
- BOURDIEU, P. (1983). *Questões de sociologia*. Marco Zero, Rio de Janeiro.
- BOURDIEU, P. (1998). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva, São Paulo.

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 out. 1988. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.
- CAEIRO, J. M. C. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia. *Revista Katálysis*, 11(1): 61-72.
- CGLU, Cidades e Governos Locais Unidos. (2015). *Cultura 21: Ações. Compromissos relativos ao papel da cultura em cidades sustentáveis* (Comissão da Cultura da CGLU). Acessado em 12 de outubro de 2019.
- DOWBOR, L. (2001). *A Reprodução Social: tecnologia, globalização e governabilidade*. São Paulo: Vozes.
- ESCOBAR, Arturo (2005). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, pp. 69-86.
- FEATHERSTONE, M. (1995). *O Desmanche da Cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Nobel.
- GODELIER, M. (2001). *O Enigma do Dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IBGE. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. IBGE Cidades. Censo Demográfico 2010. *Estimativa 2019*. IBGE Cidades. Cidades@. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 14/12/2019.
- LIMA, L. C. (2011). Introdução Geral. Comunicação e Cultura de Massa. In Lima, L. C. (Coord.) *Teoria da cultura de massa*. São Paulo: Paz e Terra, pp. 13-72.
- PIMENTA, C. A. M.; MELLO, A. S.; ZAMBONI, M. J. (2013). Tensões do Conhecimento na contemporaneidade: Entre a ciência e a prática. In Pimenta, C. A. M. & Mello, A. S. (Coord.) *Encruzilhadas da Cultura: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade*. Cabral Editora, Taubaté pp. 25-48.
- PNC. Plano Nacional de Cultura. Lei 12.343/2010. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 03/12/2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112343.htm. Acesso em: 10 mai. 2016.
- PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa. Diário da República n.º 86/1976, Série I de 10 abr. 1976. Disponível em <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>. Acesso em: 14 fev. 2020.
- SACHS, I. (2004). *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro, Garamond.
- SANTOS, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*, São Paulo, Hucitec.
- SINGER, P. (2002). *Introdução a Economia Solidária*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo.
- WILLIAMS, R. (1992). *Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- YÚDICE, G. (2004). *A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.